

Pelotas, 8 de março de 2016.

Excelentíssimas Senhoras

Paula Schild Mascarenhas, vice-prefeita do Município de Pelotas

Daiane Dias, diretora de Políticas para as Mulheres

Nós da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (ADUFPel-SSind), Associação dos Surdos e Surdas, Capelania UCPel, Cáritas Arquidiocesana, Comitê em Defesa da Água Pública, Coletivo Alicerce, Coletivo Juntas!, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (Gamp), Levante Popular da Juventude, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento Rua – Juventude Anticapitalista, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Municipários (Simp), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação (Sticap), Sindicato dos Servidores Municipais do Saneamento Básico (Simsapel), Sindicato dos Trabalhadores Domésticos viemos por meio desta reivindicar a atuação do Executivo municipal para as seguintes demandas:

1. Educação

As mulheres são afetadas pelo descaso com os setores da educação, saúde e assistência social. A indiferença histórica de políticas para mulheres é um desafio para a conquista de autonomia e uma vida digna. Em Pelotas, a realidade não é diferente. Na área da educação, falta infraestrutura adequada nas escolas, professores são desvalorizados – não recebem o piso nacional do magistério. Como solução para esses problemas, o governo municipal contratou a empresa de consultoria Falconi por R\$ 2.148.000, valor que poderia ser investido diretamente na área. Felizmente, após alguns meses, a ação acabou sofrendo intervenção do Ministério Público por irregularidade no processo de licitação. Por isso, reivindicamos o fortalecimento e/ou abertura de creches 100% públicas e gratuitas, com abertura de vagas em número suficiente para atender à demanda daquelas mulheres que necessitam todos os dias deslocar-se para o seu trabalho e não têm onde deixar seus filhos. Além disso, que o ensino básico do município não tenha investimentos de fundações de organizações sociais, mas seja de competência exclusiva do Executivo municipal.

2. Saúde

Na área da saúde, ainda há pessoas sendo atendidas em corredores do Pronto Socorro Municipal. A espera para a realização de consultas e exames pelo SUS (Sistema Único de Saúde) é de meses. Mesmo com o corte do orçamento do carnaval, com a justificativa de investimento na área, a sensação é de que pouco ou nada mudou. Assim, é urgente o fortalecimento das unidades de atendimento de saúde, com investimentos públicos diretos e gestão transparente e, também, a expansão da rede de esgoto e água, pois estes itens possuem ligação direta com a saúde das mulheres pelotenses, principalmente as de baixa renda, que vivem em áreas onde as medidas de saneamento básico são praticamente inexistentes.

Água e saneamento são serviços essenciais, diretamente ligados ao direito à vida e à saúde, sendo fundamental a garantia de acesso a todas e todos. Portanto, não podem estar nas mãos da iniciativa privada e ser tratados como mercadoria. Nós,

mulheres, somos responsáveis pelo sustento da maior parte das famílias brasileiras e pelo cuidado com a saúde das crianças e dos idosos. Em muitos lugares do mundo, em que o saneamento foi entregue à iniciativa privada, as mulheres devem fazer a escolha entre colocar o alimento na mesa e pagar a conta da empresa concessionária. A universalização da coleta e tratamento do esgoto é uma necessidade urgente do município de Pelotas. O poder público pode e deve priorizar as ações nesse sentido, aplicando as verbas já liberadas pelo governo federal, buscando outros financiamentos possíveis e utilizando o excedente projetado a partir da nova matriz tarifária de cobrança dos serviços, recentemente aprovada na Câmara de Vereadores. Nossa reivindicação é que o governo municipal abra mão do projeto de concessão e comece uma nova história, fortalecendo o SANEP (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas), para a universalização do saneamento público e acessibilidade de todas e todos. Saneamento básico e água são direitos de toda a população e privatizar esses serviços acarretaria em um aumento abusivo no valor da conta de água. Segundo a WaterAid, uma em cada dez mulheres no mundo não conta com água limpa. Ainda, a falta de saneamento está na raiz de problemas como a mortalidade materna e infantil e a dificuldade de acesso à água é uma das causas de subnutrição e morte.

3. Assistência social

A estrutura da assistência social do município não atende a necessidade dos usuários, a situação das casas de acolhida (abrigos) é deficitária. Cabe salientar, ainda, que o secretário há alguns dias realizou um discurso incitando o ódio em rede social sobre a problematização da questão social.

As mulheres são as maiores usuárias desses setores e suas configurações rebatem tanto em sua sobrevivência, qualidade de vida e autonomia, quanto em seus dependentes. Sabemos que mulheres são as maiores responsáveis pelos cuidados dentro da família. A sociedade e o Estado nos responsabilizam historicamente pela educação das crianças e saúde de doentes e idosos. Além disso, somos majoritárias nas profissões ligadas às políticas de educação, saúde e assistência social. Sofremos com congelamento de salários, falta de estrutura e desvalorização por parte dos governos municipal, estadual e federal. Sendo assim, reivindicamos mais investimentos públicos e diretos nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como a valorização de seus profissionais;

4. Segurança alimentar e nutricional e Soberania alimentar

Sobre segurança alimentar e nutricional solicitamos que sejam garantidas à população que vive em situação de insegurança alimentar três refeições diárias, além do tratamento e prevenção do crescente alto índice de obesidade.

Em relação à soberania alimentar, pedimos maior autonomia na produção de alimento, onde a população possa escolher o que deseja produzir, de que forma, assim como o que querem fazer desta produção. Pedimos o respeito à produção de alimentos de qualidade, priorizando o cultivo de alimentos locais, produzidos de forma agroecológicas (sem o uso de agrotóxico), por pequenos agricultores, incentivando com isso a agricultura familiar. “O que se espera de uma boa segurança alimentar e nutricional para cada indivíduo é que este ser tenha acesso a alimentos em quantidade suficiente e qualidade nutricional, e ainda que sejam considerados aspectos culturais e sociais. Outro fator importante é a utilização biológica e aproveitamento de nutrientes pelo indivíduo que é afetado por suas condições individuais”, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Estas questões estão ligadas ao direito e acesso a alimentos de qualidade, sem venenos e que resultem de uma agricultura limpa. O tratamento do produto como

mercadoria, a expansão do agronegócio e os parques incentivos aos pequenos produtores colocam em risco o direito a uma alimentação saudável e de alto valor nutricional. As grandes redes e indústrias de alimentos, a manutenção dos latifúndios e o desinteresse pela distribuição igual de terras, nesse sentido, produzem mais uma das violências contra a mulher, uma vez que, segundo Michael Pimbert, do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED), as mulheres “constituem a maioria da força de trabalho dos sistemas alimentares locais e contribuem de maneira significativa para a segurança alimentar e a economia local”.

4.1. Criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas

Diante da necessidade de se definir políticas públicas, diretrizes gerais, programas e ações que tenham por objetivo o direito da população a uma alimentação de qualidade, estimulando a cadeia produtiva de alimentos no município e colaborando com uma grande parcela que não dispõe de meios para proverem suas necessidades básicas alimentares, solicitamos a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas (COMSEA). Por isso, viemos por meio deste ofício lembrar que entregamos o modelo de minuta protocolado em 5 de outubro de 2015 pelo processo OF/001806/2015. Devido à ausência de resposta, reiteramos a solicitação ao prefeito Eduardo Leite em 17 de fevereiro de 2016 e até o momento não obtivemos retorno.

5. Violência contra a mulher

A violência contra a mulher possui diversas facetas, sendo que as mulheres mais atingidas são as pobres, negras e trans. No Brasil, a cada cinco mulheres, três já foram violentadas - seja psicológica, física ou financeiramente - em algum relacionamento. Os dados assustadores não param: em 2013 foram registrados 4.762 feminicídios e, em 2014, 50.320 casos de estupro. Em Pelotas, no ano de 2015, foram registradas 2.999 ocorrências, em que os crimes de maior incidência são os de ameaça e lesão corporal. O número de prisões solicitadas foi de 25. A Delegacia de Polícia para a Mulher de Pelotas, conhecida como Delegacia da Mulher, foi criada em 1999 e atualmente conta com apenas duas viaturas e 12 policiais lotados.

Para dar conta do volume de registros e investigações, é fundamental que o governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS) invista mais nas delegacias de mulher, sendo que o Executivo municipal pode e deve pressionar os órgãos do governo para que isso ocorra. Também reivindicamos que o Executivo solicite a Patrulha da Maria da Penha, atendimento 24 horas – a Delegacia funciona apenas em horário comercial – , aumento do número de policiais que trabalham na Delegacia da Mulher e intérprete de libras na unidade. Com a resolução dessas demandas, problemas como a dificuldade de acesso das mulheres ao serviço das delegacias, a desistência em registrar o crime sofrido e a lentidão para apurar os inquéritos abertos seriam atenuados.

Por fim, sintetizamos os pontos reivindicados:

1. Fortalecimento e/ou abertura de creches 100% públicas e gratuitas, com abertura de vagas em número suficiente para atender à demanda daquelas mulheres que necessitam todos os dias deslocar-se para o seu trabalho e não têm onde deixar seus filhos.
2. Que o ensino básico do município não tenha investimentos de fundações de organizações sociais, mas seja de competência exclusiva do Executivo municipal;

3. Fortalecimento das unidades de atendimento de saúde, com investimentos públicos diretos e gestão transparente;
4. A universalização da coleta e tratamento do esgoto, do acesso a água tratada e da coleta do lixo;
5. Que o governo municipal fortaleça o SANEP e abra mão do projeto de concessão da autarquia;
6. Mais investimentos públicos e diretos nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como a valorização de seus profissionais;
7. Que sejam garantidas à população que vive em situação de insegurança alimentar três refeições diárias, além do tratamento e prevenção do crescente alto índice de obesidade;
8. Maior autonomia na produção de alimento, onde a população possa escolher o que deseja produzir, de que forma, assim como o que querem fazer desta produção;
9. Respeito à produção de alimentos de qualidade, priorizando o cultivo de alimentos locais, produzidos de forma agroecológicas (sem o uso de agrotóxico), por pequenos agricultores, incentivando com isso a agricultura familiar;
10. Criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas (COMSEA).
11. Que a administração municipal de Pelotas solicite ao Estado do Rio Grande do Sul a Patrulha Maria da Penha, aumento do número de policiais que trabalham na Delegacia de Polícia para a Mulher, intérprete de libras para a Delegacia, bem como plantão 24 horas.

Sendo o que se apresenta, aguardamos suas breves manifestações.

Atenciosamente,